

NECESSIDADES PRÁTICAS DAS MULHERES X INTERESSES ESTRATÉGICOS FEMINISTAS (DE GÊNERO): Revisitando a polêmica

Silvia Cristina Yannoulas*
Ismalia Afonso da Silva**

Resumo

Este artigo defende a relevância teórica e a pertinência política da utilização das categorias Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos Feministas (de gênero) como proposta feminista, método heurístico e metodologia para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de gênero, a fim de orientar as transformações para além do atendimento às necessidades básicas que se apresentam na vida cotidiana das mulheres, visando à superação da divisão sexual do trabalho. Nossa “ideia força” é a de que uma formulação que começa como demanda de “mulheres” por uma questão ou necessidade prática, pode ser transformada e assumida pelo feminismo como um interesse estratégico. Para ilustrar a questão, realizaremos três movimentos: no primeiro, apresentamos uma genealogia das categorias; depois, descrevemos sua utilização na bibliografia acadêmica mais recente; para finalmente apresentar suas manifestações na trajetória escolar e laboral de jovens mulheres “nem-nem”, com base nos resultados de pesquisa realizada com jovens da periferia do Distrito Federal.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho; necessidades práticas das mulheres; interesses estratégicos feministas.

Abstract

This article defends the theoretical relevance and the political pertinence of the use of the categories of Practical Women Needs and Strategic Feminist Interests (of gender) as feminist proposal, heuristic method and methodology for the formulation, monitoring and evaluation of gender policies, in order to guide the transformations beyond the basic needs provision that are presented in the daily life of women, aiming at overcoming the sexual division of labor. Our driving idea is that a formulation that begins as a demand of "women" for an issue or practical need can be transformed and assumed by feminism as a strategic interest. To illustrate the matter, we will accomplish three movements: in the first, we will present a genealogy of the categories; later, we will describe its use in the most recent academic bibliography; to finally present their manifestations in the school and work trajectory of the "neither study, nor work" young women, based on the results of research conducted with young people from the outskirts of the Federal District in Brazil.

Keywords: Sexual division of labor; practical gender needs of women; strategic gender needs of women.

* Licenciada em Ciências da Educação pela UBA, Mestre em Ciências Sociais pela FLACSO/Argentina, Doutora em Sociologia pelo Programa Conjunto FLACSO/Brasil e UnB. Pós Doutorada em Educação pela UFMG. Professora do Programa de Pós-Graduação em Política Social - PPGPS do SER/UnB.

** Jornalista e especialista em Políticas Públicas pela Universidade de Brasília (UnB), mestra em Gênero, Sociedade e Políticas pela Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales (Flacso), Buenos Aires - Argentina.

Introdução

Este artigo defende a relevância teórica e pertinência política da utilização das categorias Necessidades Práticas das Mulheres e Interesses Estratégicos Feministas como proposta feminista, método heurístico e metodologia para a formulação, monitoramento e avaliação de políticas de gênero, a fim de orientar as transformações para além do atendimento às necessidades básicas que se apresentam na vida cotidiana das mulheres.

Castro e Guimarães (1997) sistematizaram as produções que salientam o caráter socialmente construído da assimetria nas relações sociais de gênero presentes na divisão sexual do trabalho, especialmente na (re)definição dessas relações sociais no momento da emergência do capitalismo. Kergoat (2009) recupera dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho presentes em toda parte e aplicados sempre no mesmo sentido (universais): o da separação em trabalhos de homens e de mulheres, e o da hierarquização, sendo que os trabalhos de homens possuem mais prestígio e reconhecimento do que os realizados por mulheres. Entretanto, para a autora, o enfoque da divisão sexual do trabalho ultrapassa a constatação e descrição das desigualdades existentes entre homens e mulheres, pois significa refletir sobre os processos pelos quais as sociedades separam e hierarquizam essas atividades. Este é o eixo fundamental que organiza o pensamento feminista sobre a divisão sexual do trabalho (YANNOULAS, 2013).

Sobre o pensamento feminista, é importante trazer aqui a reflexão de Bandeira (2008:210), para definir o que entendemos por tal:

Cabe lembrar que não há uma “teoria crítica geral” – única – do pensamento feminista. Existem correntes teóricas diversas, que, apropriadas a partir das teorias gerais, cada uma a seu modo procura compreender por que e como as mulheres ocupam uma posição/condição subordinada na sociedade. Desde que se fala em crítica feminista, faz-se, geralmente, apelo a esse bloco de correntes heterogêneas que tentam explicar por que as mulheres continuam, em boa medida, a viver em condições de subordinação, uma vez que na base de qualquer corrente feminista há o reconhecimento de uma causa social e cultural para a condição feminina de subordinação. Portanto, a crítica feminista explícita, incorpora e assume a tomada de consciência individual e coletiva, a qual é seguida por uma revolta contra o entendimento presente nas relações de sexo/gênero e a posição subordinada que as mulheres

ocupam em uma dada sociedade, em um dado momento de sua história assim como na produção do conhecimento. Trata-se de uma luta para mudar/transformar essas relações e essa situação.

Assim, compreendemos por pensamento feminista as discussões das acadêmicas feministas e lutas travadas predominantemente por mulheres e que objetivam acabar com as hierarquias entre homens e mulheres, uma mudança nas relações sociais de gênero que historicamente colocaram as atividades masculinas como padrão, referência e modelo, subestimando as atividades femininas.

Como destaca a mencionada autora, mesmo sendo universal, a divisão sexual do trabalho não deve levar a concluir na universalidade do pensamento feminista e lutas das mulheres. Assim, o conteúdo das necessidades práticas das mulheres e os interesses estratégicos feministas (de gênero) seriam variáveis em contextos sócio históricos específicos, motivo pelo qual a contextualização conjuntural das interpretações de uma bandeira de luta como necessidade prática ou interesse estratégico deve ser permanentemente atualizada. Constituiria tarefa primordial desvendar o reflexo das necessidades e interesses nas agendas e na formulação de políticas específicas: se a questão dos interesses estratégicos e das necessidades práticas é historicamente mutável, quais fatores determinam isso, como se dá a negociação, quais as pontes entre movimentos feministas e de mulheres, e entre agentes do Estado e movimentos, como se refletem na formulação, monitoramento e avaliação das políticas.

Defendemos como “ideia força” que uma formulação começa como demanda de “mulheres” por uma questão ou necessidade prática, mas ela poderá ser transformada, a depender do contexto, e ser assumida pelo feminismo como um interesse estratégico feminista (de gênero). Ainda mais: quando as duas se “unem”, têm maiores chances de eclodir numa agenda política significativa.

No debate coletivo realizado pelo grupo de Trabalho, Educação e Discriminação - TEDis, privilegiaremos dois tipos de indagações:

- a) De um lado, se existe uma correlação entre as demandas dos movimentos de mulheres pela satisfação de necessidades práticas, e a luta dos movimentos feministas na defesa de interesses

estratégicos, observando também como essas posições e lutas são absorvidas ou processadas pelas políticas e secretarias das mulheres nos seus planos de trabalho e propostas de agenda.

- b) De outro lado, se há reflexos das necessidades e interesses nas agendas e na formulação de políticas específicas: se a questão dos interesses estratégicos e necessidades é historicamente mutável, quais fatores determinam isso, como se dá a negociação, quais as pontes entre movimentos feministas e de mulheres, e entre agentes do Estado e esses movimentos.

Trata-se da discussão de temas e polêmicas em torno da ação do Estado na promoção e garantia do bem-estar humano em contextos capitalistas democráticos, estruturada em torno de algumas tensões centrais, constitutivas da política social. Essas tensões centrais estão presentes em quase todas as teorias do bem-estar social, daí a denominação de constitutivas: universalidade/focalização, direito/mérito, igualdade/diferença, emancipação/liberdade (YANNOULAS, 2012). Exemplo dessas análises sobre a relação entre estudos de gênero e Política Social pode ser observado no número especial da Revista *Ser Social* publicada pelo Programa de Pós-graduação em Política Social - PPGPS (2008), ou na coletânea organizada por Ortale e Rosas (2011). Assim, nosso intuito é o de compreender (desde um enfoque feminista e materialista) as perspectivas que orientam as demandas dos movimentos de mulheres e feministas, problematizando necessidades práticas e interesses estratégicos especialmente no que diz respeito ao mundo do trabalho. Isso porque se compreende que são as mudanças na divisão sexual do trabalho as capazes de transformar a condição de subordinação das mulheres.

Ademais, destacamos que no campo teórico e político mais amplo da Política Social, a discussão em torno das necessidades tem possibilitado que as demandas da classe trabalhadora sejam incluídas e priorizadas na agenda pública (BEHRING; BOSCHETTI, 2009). Considerando que as políticas sociais têm base em uma relação contraditória entre as classes sociais, atendendo, antagonicamente, tanto o capital quanto o trabalho, a categorização e debate acerca das

necessidades práticas e interesses estratégicos feministas (de gênero) poderá auxiliar na negociação das mulheres e dos(as) trabalhadores(as) no geral com o Estado, em prol da expansão de direitos sociais.

Para atingir o propósito do artigo, desenvolveremos primeiramente uma genealogia das categorias necessidades práticas e interesses estratégicos, nascidas há três décadas no contexto dos estudos feministas e de gênero. Seguidamente, atualizamos a revisão de literatura científica, e exemplificamos o potencial heurístico e político das categorias através da análise das percepções das jovens moradoras da periferia do Distrito Federal, que não trabalham nem estudam, quanto à possibilidades e alternativas que essas categorias apresentam no que diz respeito à resistência à divisão sexual do trabalho vigente.

Genealogia das Categorias

A genealogia ou “estudo de parentesco” é uma ciência auxiliar da história, que estuda a origem, evolução e disseminação das famílias. É também conhecida como “Ciência da História da Família”, pois tem como objetivo desvendar as origens das pessoas e famílias por intermédio do levantamento de seus antepassados ou descendentes. Em sentido figurado, genealogia significa expor uma sequência de elementos e suas inter-relações contraditórias e não necessariamente lineares, que fazem parte do desenvolvimento de um processo das sociedades humanas, por exemplo, uma genealogia do capitalismo. No caso do nosso artigo, o que procuramos explicitar neste tópico é um estudo sobre a emergência, as contradições e as ambiguidades envolvidas nas categorias necessidades práticas e interesses estratégicos, recuperando a origem e o percurso inicial das categorias na literatura acadêmica feminista, com uma história de três décadas.

As categorias de necessidades práticas e interesses estratégicos foram desenvolvidas teoricamente no virado do milênio, e aplicadas ao planejamento, monitoramento e avaliação de políticas públicas com enfoque de gênero. Porém, ao longo dos anos, a categorias sofreram fortes críticas e também aperfeiçoamentos, que apresentaremos a seguir.

Em artigo publicado originalmente em 1985 sobre a situação das mulheres nos processos revolucionários sandinistas na Nicarágua, Molyneux caracterizou os interesses estratégicos feministas (de gênero) por oposição às necessidades práticas das mulheres.

As necessidades práticas das mulheres emergem indutivamente das próprias mulheres em conexão com necessidades fundamentais ou básicas, a partir de condições concretas da posição ocupada por elas na divisão sexual do trabalho e na sociedade de classes, condições que possibilitam a realização das tarefas a elas socialmente atribuídas, tais como cuidar das crianças, idosos e doentes, manutenção das redes familiares, entre outras. De outro lado, os interesses estratégicos seriam derivados dedutivamente, a partir da análise da subordinação das mulheres, e envolveriam de alguma maneira um processo de conscientização sobre a divisão sexual do trabalho e as hierarquias estabelecidas entre o conjunto dos homens e o conjunto das mulheres. Essa distinção permitiu afirmar que é possível mobilização sem efetiva emancipação.

Com base nessa distinção de Molyneux, entendemos que são necessidades práticas aquelas derivadas da condição social que as mulheres ocupam no mundo patriarcal e capitalista, sendo elas responsáveis pela reprodução da força de trabalho (cuidados de crianças e idosos, tarefas domésticas diversas, administração da relação com a escola, entre outras tarefas possíveis). E compreendemos por interesses estratégicos feministas (de gênero) aqueles que se desenvolvem a partir das lutas travadas pelas mulheres e como resistência à posição subordinada de gênero, envolvendo a formulação de objetivos para superar essa posição estrutural.

Entretanto, a classificação proposta tem uma finalidade heurística e didática. Não deveria ser considerada taxativa ao analisar os processos políticos relacionados às demandas das mulheres para o Estado. Segundo Molyneux, os interesses devem ser diferenciados com a finalidade de distinguir entre os objetivos das mulheres e os dos governos e partidos em nome delas (sejam eles capitalistas ou socialistas). Porém, baseados na dupla distinção, documentos dos governos e dos organismos internacionais (Banco Mundial e

ONU) incorporaram a questão de uma maneira um tanto esquemática e simplificada, instrumentalizando os movimentos e suas demandas para incluir as mulheres no desenvolvimento. A própria Molyneux (2003 e 2008) argumentou posteriormente que os interesses das mulheres podem ser diferenciados em práticos e estratégicos sim, mas que essa distinção deve ser cuidadosamente ponderada e pode não ser aplicada a outras situações de maneira mecânica, inclusive criticando a utilização realizada para avaliar e responder a requerimentos eficientistas de organismos internacionais. Distanciamos-nos dessas interpretações, que não questionam estruturalmente os projetos de desenvolvimento em curso, mas procuram adaptar ou adequar as necessidades das mulheres (especialmente as de baixa renda, através de programas de redução da pobreza) aos processos de planejamento sem problematizar as condições de inserção das mulheres aos programas e projetos.

Por exemplo, Moser (1992 e 1993) desenvolveu uma metodologia participativa para aplicar essa distinção aos processos de planejamento visando ao desenvolvimento inclusivo das mulheres e das relações de gênero, largamente utilizada pelos organismos internacionais na década de 1990. Necessidades práticas, conforme Moser (1992 e 1993), seriam as identificadas pelas próprias mulheres, cuja satisfação não desafiaria a posição de subordinação dessas mulheres e nem a divisão sexual do trabalho. Machado (1997) realizou também um esforço nesse sentido, procurando compreender e incorporar as categorias em questão à análise de políticas públicas.

Kate Young (1992), preocupada também pelo planejamento de gênero, realizou alguns aportes significativos visando a aprofundar a distinção entre necessidades práticas e interesses estratégicos. Young (1992) aponta a associação entre necessidades/condição/políticas para as mulheres e interesses/posição/políticas de gênero. Também ressalta dois eixos de análise importantes para pensar o que há de comum na experiência das mulheres diversas (marcadores de idade, classe e raça/etnia): a experiência da sexualidade/reprodução e da divisão sexual do trabalho como experiência comum feminina.

Esse importante aperfeiçoamento do binômio elaborado por Young (1992) também aproxima as necessidades práticas e interesses estratégicos dos conceitos de condição e posição das mulheres. Quando se refere à condição, a autora trata do estado material em que se encontra a mulher, sua pobreza, sua baixa escolaridade e qualificação para o trabalho, sua excessiva carga de trabalho, etc. Já sobre posição, Young remete à localização social e econômica das mulheres em relação aos homens. Partindo daí, ela definiu as necessidades práticas das mulheres como aquelas que derivam da necessidade das mulheres de cumprir com os papéis que lhes são designados pela divisão sexual tradicional do trabalho. Já os interesses estratégicos se derivam da análise da subordinação das mulheres e da formulação de um conjunto de disposições mais satisfatórias e alternativas às atuais. “(...) os interesses estratégicos de gênero aparecem em cena quando se questiona a posição das mulheres na sociedade.”¹ (YOUNG, 1992, p. 25).

Young reconhece também algumas dificuldades para se trabalhar com o binômio, inclusive levando em conta que a experiência de opressão das mulheres não as leve necessariamente a uma ação para modificar sua situação ou sequer para apoiar outras mulheres que desejam fazê-lo. Além disso, ela duvida que todas as mulheres reconheçam seus interesses de gênero ou, o mais difícil, considere-os como primários. Como uma das saídas para esse problema, a autora sugere a necessidade de se construir consciência e consciência social, o que se refere ao processo de socializar experiências individuais das mulheres acerca de relações pessoais opressivas, permitindo a elas localizar-se em um contexto mais amplo. Por sua vez, isso possibilitaria começar a identificar as estruturas da sociedade subjacentes à sua posição subordinada. Para Young (1992, p.33), a consciência social seria então um passo adiante:

Nesse processo, as mulheres vêm pouco a pouco com muito mais clareza das mudanças sociais de longo prazo que serão necessários para conquistar a igualdade. Isso, por sua vez, indica construir alianças. A consciência social, em contraste, se refere mais à criação de uma preocupação pública com relação à situação da

mulheres, frequentemente centrada na sua condição: sua falta de educação, sua sobrecarga de trabalho etc.²

É importante frisar que as reflexões de Young (1992), ainda que apontem limites e contextualizem a produção das categorias especificamente, fizeram parte do referencial teórico utilizado por diversas autoras para pensar e elaborar projetos sobre Gênero e Desenvolvimento – GAD (ver por exemplo: Guzmán, Portocarrero e Vargas, 1992).

O caráter da institucionalidade de gênero foi sendo modificado no decorrer do tempo, como consequência dos avanços no conhecimento sobre as relações de gênero, das transformações sociais e econômicas nas diferentes regiões do mundo, dos debates sobre o Estado e da própria experiência institucional (GUZMAN, 2001). Inicialmente – anos 1970, com destaque para a Conferência Mundial da Mulher (México, 1975), a definição de objetivos das Secretarias e Conselhos da Mulher esteve influenciada pelo enfoque da “Mulher e Desenvolvimento” (MED), que promovia a incorporação das mulheres ao desenvolvimento sem considerar as relações existentes entre a posição ocupada por elas nas estruturas econômicas e as relações de gênero num sentido mais amplo. O acionar dessas primeiras secretarias teve ênfase na atenção aos grupos extremamente vulneráveis. Posteriormente – anos 1980, com destaque para a Conferência Mundial da Mulher de Nairobi, 1985 – foi desenvolvido um novo marco conceitual, denominado “Gênero e Desenvolvimento” (GAD), que focalizou sua atenção nas estruturas que geram desigualdade entre homens e mulheres. Foi nesse contexto que a distinção entre necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos feministas (de gênero) cobrou relevância política.

Localizamos também uma autora especialmente crítica da utilização das categorias. Anderson (1992), em texto utilizado como material didático do curso “Gênero no Desenvolvimento” oferecido pela

¹ Tradução livre do original: “(...) los intereses estratégicos de género aparecen en escena cuando se cuestiona la posición de las mujeres en la sociedad”. (Young, 1992, p. 25)

² Tradução livre do original: “En el proceso, las mujeres ven a menudo con mucho mayor claridad los cambios sociales a largo plazo que serán necesarios para lograr la igualdad. Esto a su vez indica construir alianzas. La consciencia social, en contraste, se refiere más a la creación de una preocupación pública con relación a la situación de la mujer, frecuentemente centrada en su condición: su falta de educación, su sobrecarga de trabajo, etc”. (Young, 1992, p. 33)

Universidad de las Mujeres da Fundación Puntos de Encuentro para la Transición de la Vida Cotidiana, alarga o olhar crítico para as categorias. Primeiramente comenta o deslumbramento inicial perante o paradigma, pois permitia abordar as demandas dos movimentos de mulheres de maneira sistemática; para posteriormente relatar a decepção com os pífios resultados atingidos pelos Estados com utilização do simplificado paradigma necessidades/interesses aplicado à formulação de políticas públicas.

Anderson (1992) tece outras críticas importantes ao binômio necessidades práticas e interesses estratégicos feministas (de gênero) como ferramentas de planejamento de políticas públicas e ressalta o risco de uma possível simplificação na leitura dos problemas das mulheres. Para ela, os esforços para ordenar os interesses estratégicos feministas (de gênero) devem ser entendidos sempre como tentativas, e as ações que decorrem desses esforços também. Ela ressalta ainda que a ênfase deve estar no problema e em como se adaptar à realidade. A isso, mais do que ao ordenamento perfeito dos papéis, dos setores de mulheres ou seus interesses em um momento e contexto determinado, deveriam se dirigir nossos esforços.

Entretanto, os materiais didáticos e a institucionalidade para a formação de liderança feminista em América Latina, mesmo com um alcance restrito, continuaram a apresentar pensamento crítico sobre a questão. A partir de 1996, três organizações feministas (contando com o apóio da Fundação Ford) se articularam, examinaram e afinaram suas propostas didáticas (Centro da Mulher Flora Tristán no Peru, Equidade de Gênero no México e Cfemea – posteriormente Agende, no Brasil). A escola de liderança, metade participativa, metade curso de formação, foi implementada no Peru em julho de 1997. Assistiram feministas de 10 países, com o compromisso de multiplicar a formação ao retornar. Para facilitar essa multiplicação, foi organizada publicação específica no México. Os temas abordados fizeram referência aos debates básicos do pensamento feminista: igualdade e diferença, representação e necessidades, público e privado, universalidade e ações afirmativas, o direito ao próprio corpo, entre outros,

visando construir uma reflexão teórica coletiva sobre a cidadania das mulheres (LAMAS, 1999).

As Categorias na Literatura Feminista Recente

O questionamento sobre a forma estática no tratamento outorgada às necessidades é um dos pontos fulcrais da crítica das autoras mais recentes sobre a temática das categorias necessidades e interesses, conforme registrado na mencionada publicação organizada por Lamas (1999). Destacamos as produções de Fraser.

Fraser (1999) alertou para o fato de que as necessidades emergem em redes de relações condicionadas. A autora problematiza o discurso das necessidades práticas no capitalismo contemporâneo, e quais as oportunidades e os obstáculos que o tema das necessidades traz para movimentos que procuram transformações sociais profundas, como o feminismo. Ela aponta algumas debilidades dessas análises, já que elas tomam a interpretação das necessidades como simplesmente dada e não problemática. Segundo Fraser, isso acontece ao silenciar sobre os interesses por trás da interpretação. Além disso, consideram corretas as formas socialmente aceitas do discurso político disponível para interpretar as necessidades.

Fraser (1999) distingue três momentos diferentes na política das necessidades: a luta por estabelecer ou negar uma dada necessidade (luta dos movimentos sociais pelo reconhecimento da necessidade); a luta pela interpretação da mesma, pela sua definição (luta dos especialistas para estabelecer o que deverá se transformar em política pública); e o terceiro momento seria a luta pela satisfação ou impedir sua satisfação, transformando a necessidade em direito (administração de direitos e benefícios sociais). Necessidades essas que, ao final de contas, na sua maioria são decorrentes da condição social das mulheres de cuidadoras do espaço doméstico e dos outros (crianças, anciãos, deficientes, etc). Mas sua repolitização teria como desdobramento a conscientização necessária à compreensão dos interesses estratégicos feministas (de gênero):

A primeira é a luta por estabelecer ou por negar o estatuto político de uma necessidade dada, a luta por validar a necessidade como um assunto de legítima preocupação política ou por classificá-lo como

um tema não político. A segunda é a luta sobre a interpretação da necessidade, a luta pelo poder de defini-la e assim determinar como satisfazê-la. O terceiro momento é a luta pela satisfação da necessidade, a luta por assegurar ou impedir a disposição correspondente (Fraser, 1999:110).

Outros materiais didáticos mais recentes continuam nessa trilha crítica com relação à utilização das categorias necessidades e interesses, como pode ser observado por exemplo no manual da *Equipo de Apoyo Técnico para América Latina y Caribe Fondo de Población de Naciones Unidas* (UNFPA), publicado em 2006 e elaborado por Fritz e Valdés (2006). No material pode ser observado o resgate das categorias para tratar dos processos de conscientização das mulheres, e ao mesmo tempo se faz um chamado à sua aplicação:

En sentido más micro, el empoderamiento promueve la movilización de las mujeres desde las bases, a partir de la satisfacción de necesidades prácticas de género, como punto de entrada y como medio para lograr, a largo plazo, necesidades estratégicas⁶². De manera que, se busca una convergencia entre aspectos prácticos y estratégicos. Se apunta a la toma de conciencia de las situaciones de subordinación y la creación de capacidades individuales y organizacionales en las mujeres. La mayoría de este tipo de iniciativas corresponde proyectos que abarcan una amplia gama de temáticas, tales como **salud, aspectos reproductivos, sanidad, educación popular, capacitación, microempresas, créditos, cooperativas de producción y mercadeo, y promoción de la movilización política de las mujeres**. Son considerados puntos de entrada, tácticamente importantes, pero que, finalmente, son medios para un proceso de cambio más amplio. Entre las estrategias más extendidas para la promoción del empoderamiento, se puede mencionar aquellas vinculadas al apoyo de **microempresas y/o programas de crédito con el objeto de generar ingresos y/o superar la pobreza**, aquellas ligadas a la **salud y los derechos sexuales/reproductivos** de las mujeres y el **control del propio cuerpo**, generalmente situadas en el marco de programas de prevención de enfermedades y control de la sexualidad, y al fomento de la **participación política**, sea formal o a nivel de sociedad civil, en movimientos más amplios de mujeres o mixtos. No necesariamente estas iniciativas logran empoderar a las mujeres, es decir, que ellas ejerzan poder, dado que muchas de las intervenciones para el desarrollo que incorporan a las mujeres hacen un **uso instrumental de ellas**. Es decir, se centran más en las ventajas que las mujeres aportan al desarrollo, que lo que el desarrollo puede aportar a las mujeres. En estos proyectos, el empoderamiento y la equidad de género no son fines en sí mismos, sino ‘medios para’ (FRITZ e VALDES, 2006: 73, destaques das autoras).

Com uma abordagem diferente, Di Marco (2011), na sua tese de doutorado sobre o “povo feminista” ou feminismo popular, recupera as categorias necessidades e interesses para analisar a fala das entrevistadas sobre as ações coletivas em torno de demandas das mulheres. Di Marco recupera criticamente a dicotomia necessidades e interesses

elaborada por Molyneux, destacando a ambiguidade e fragmentação dos discursos e práticas das mulheres.

A autora realiza duas observações com relação à proposta analítica de Molyneux (2003): a) na proposta original, é suposto um processo gradativo de tomada de consciência das necessidades práticas das mulheres para os interesses estratégicos feministas (de gênero), um processo de politização; b) dessa forma, supõe que esse processo de politização se apoiaria em algum tipo de intervenção externa para ser realizada. Destarte, a conceptualização original da dicotomia obscurece a compreensão do processo individual e coletivo pelo qual as mulheres se constroem a si mesmas e negociam suas demandas por direitos com as famílias, com os funcionários governamentais, entre outros interlocutores importantes, demandas que dizem respeito às melhoras nas condições concretas de vida e no cotidiano:

Diversos estudos que hemos realizado sobre la participación vecinal de mujeres de barrios pobres (...) nos permiten sugerir que las demandas prácticas se encuentran articuladas con las estratégicas y no constituyen polos dicotómicos. No encontramos evidencia alguna de que las prácticas maternas, por ejemplo, impliquen siempre conductas limitadas a presentar demandas cuyo único propósito es la defensa altruista que hace la madre de los intereses de los miembros de su grupo familiar pero no del propio interés. A través de ellas, en cambio, las mujeres pueden transformar sus intereses familiares en intereses colectivos, al mismo tiempo que construyen nuevas identidades y nuevas definiciones asociadas con la maternidad. (DI MARCO, 2011: 142).

Outra autora que revisitou recentemente as categorias é Zarembeg (2016) para analisar em que medida os governos autodenominados de esquerda contribuem para a emancipação das mulheres, especificamente tratando dos conselhos municipais de desenvolvimento e observando a presença das mulheres e suas demandas. A inclusão significativa de mulheres nos conselhos locais da Venezuela não se traduz em uma consolidação dos interesses estratégicos. No caso do Brasil, com uma participação política menor das mulheres, há indícios de interesses estratégicos como pano de fundo da participação das mulheres nos conselhos municipais. Já no caso de Nicaragua, haveria um forte retrocesso no conteúdo emancipador das propostas, independentemente do número de mulheres atuantes. Avaliando o potencial heurístico das categorias, Zarembeg conclui que

A casi tres décadas de la presentación de sus argumentos, las inferencias presentadas aquí nos permiten deducir que sus descubrimientos para el caso de mujeres en contextos de movilización siguen vigentes. (ZAREMBERG, 2016: 22).

Migaire (2016) realizou pesquisa bibliográfica (conforme definida por Lima e Miotto, 2007) visando a sistematizar e analisar as produções acadêmicas mais recentes (artigos científicos, dissertações e teses) sobre resultados de pesquisas que utilizam as categorias “necessidades práticas” das mulheres e “interesses estratégicos” feministas (de gênero).

As produções científicas foram localizadas nas bases de dados *Scientific Electronic Library OnLine* – Scielo (América Latina) e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD (Brasil). Na base da Scielo, foram privilegiadas as publicações do Brasil, México e Argentina, com os quais mantemos intercâmbio regularmente. Foram localizadas 32 produções ao total, sendo 16 artigos extraídos da Scielo, e 6 teses e 10 dissertações publicadas na BDTD. Essas publicações foram elaboradas por 43 autoras, considerando que algumas delas foram produzidas por mais de um(a) autor(a). Após a primeira seleção, foram realizados sucessivos descartes com base na leitura dos títulos e dos resumos dos artigos localizados, eliminando da amostra a ser analisada as produções que apenas mencionavam indiretamente as categorias, sem incluir um desenvolvimento ou reflexão conceitual.

Posteriormente, foi realizada uma procura intensiva no Google Acadêmico, na Plataforma Lattes e no Diretório de Grupos de Pesquisa do Cnpq, para fazer o levantamento de dados dos autores(as) das produções selecionadas. Foi pesquisado a instituição profissional atual do autor (a), a área disciplinar de inserção atual, a área de formação original, e o grupo de pesquisa.

A partir dessa procura e seleção de produções acadêmicas pertinentes com a procura paralela de dados sobre os autores e seus grupos de pesquisa, Migaire (2016) traçou um perfil das produções selecionadas. Houve um interesse em sistematizar informação sobre a evolução temporal da produção científica, localidades geográficas onde as pesquisas de referência foram realizadas, as áreas do conhecimento em que foram realizadas essas publicações, o perfil dos

e das pesquisadoras que utilizaram as categorias, a fim de melhor compreender a utilização dessas categorias para a produção de conhecimento científico sobre as questões de gênero e a formulação de políticas sociais.

As publicações localizadas correspondem ao período que vai de 1995 até 2016. No caso do ano de 1995, compreendemos que esse ano foi fundamental pela aprovação da Plataforma de Ação Mundial – PAM (aprovada na IV Conferência Mundial sobre a Mulher 1995, *Beijing*) e outros documentos correlatos na América Latina (informes das Conferências sobre a Mulher na América Latina e Caribe – Cepal). A partir do ano de 2011, destacamos um aumento gradativo de produções acadêmicas (artigos científicos, dissertações e teses) que abordam as categorias “necessidades práticas” das mulheres e “interesses estratégicos” feministas (de gênero), que utilizam as categorias, indicando um aumento do interesse de determinados grupos de pesquisa em ponderar alcances e limites conceituais e práticos. Ao que tudo indica, esse aumento gradativo obedece a iniciativas individuais de líderes de grupos de pesquisa interessadas em explorar o tema, como o que vem acontecendo com o nosso próprio grupo.

Também foi possível observar uma maior concentração de produções científicas na região sul e sudeste do país, que poderia estar associado com a concentração significativa de periódicos científicos e programas de pós-graduação consolidados nas universidades dessas regiões. Inclusive pode estar relacionado à existência dos dois programas de pós-graduação em ciências humanas e sociais mais antigos com linhas de pesquisa relativas aos estudos de gênero (UFSC e UNICAMP).³

Migaire (2016) observou uma ênfase particular no número de produções acadêmicas da área da saúde, especialmente nas temáticas violência, políticas de saúde e saúde pública. A discussão da autora aponta para a grande demanda das mulheres e suas particularidades na área da saúde sexual e reprodutiva,

³ O único programa de pós-graduação no Brasil totalmente destinado a discutir estudos de gênero é o da Universidade Federal da Bahia (mestrado e doutorado). Entre os esforços regionais, destacamos o Programa Regional de Pós-graduação em Gênero e Políticas Públicas – Prigepp, da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais – FLACSO/Argentina, que desenvolve cursos de especialização e de mestrado.

entrando em contradição com a precariedade do SUS e dos outros serviços públicos oferecidos pelo Estado:

Historicamente e com base nas especificidades da maternidade, as mulheres são mais incentivadas a utilizarem os serviços de saúde do que os homens. Elas são incentivadas a realizar exames periódicos e preventivos, com uma forte influência da categoria “necessidades práticas”, mas que vem progredindo e avançando paulatinamente para resgate da discussão sobre “interesses estratégicos” das mulheres (MIGAIRE, 2016, p.8).

Através do trabalho desenvolvido por Migaire (2016), bem como da consulta a outras bibliografias recentes produzidas no contexto latino-americano comentadas, podemos afirmar que as categorias em análise, mesmo questionadas e com alguns limites, continuam a ser utilizadas pela academia feminista e pelo movimento de mulheres devido a seu potencial heurístico e político. Assim, defendemos sua utilização, porém descartamos sua aplicação dicotômica e automática, preferimos trabalhar com a fluidez entre os dois polos de um *continuum*.

Mulheres jovens “nem-nem” da periferia do Distrito Federal: Necessidades práticas e interesses estratégicos

No último tópico do artigo, procurou-se ilustrar a discussão anterior com base em pesquisa empírica destinada a identificar as principais reivindicações para modificar sua trajetória educacional e laboral das jovens moradoras da periferia do Distrito Federal que nem trabalham nem estudam, e como elas se organizam para solucionar essas demandas, compreender como elas resistem à essa realidade.⁴

Para o desenvolvimento desta pesquisa empírica, optou-se por um estudo qualitativo junto a mulheres jovens moradoras de três cidades do Distrito Federal. Ceilândia, Cidade Estrutural e Planaltina foram escolhidas a partir dos critérios de renda familiar, representatividade de jovens na população e de

⁴ Esta exposição toma por base a pesquisa desenvolvida por Ismália Afonso da Silva sob orientação de Silvia Cristina Yannoulas em 2017, no contexto do Programa Regional de Formação em Gênero e Políticas Públicas, organizado pela Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais Sede Acadêmica Argentina, e que conta com a participação de professoras e estudantes da América Latina. Agradecemos os comentários recebidos oportunamente das avaliadoras, que permitiram aprimorar o resultado final.

quantidade de negros dentro da população jovem. A operacionalização da pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa, com base na Teoria Fundamentada (Strauss e Corbin, 1997 e 2008) e utilizando como técnica grupos de discussão (Weller, 2005 e 2006). Foram coletados os dados sobre a percepção das jovens “nem-nem” em relação à desigualdade de gênero e à sua articulação intrínseca com aspectos de raça⁵; e também sobre como as políticas têm atendido suas necessidades práticas e os interesses estratégicos feministas (de gênero). As discussões foram transcritas e então analisadas utilizando o método da análise de conteúdo (BARDIN, 2011) com apoio do programa de computador Iramuteq (CAMARGO, 2013).

Como explicitamos em trabalho anterior, o binômio necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos feministas (de gênero) oferece elementos importantes para uma discussão dos resultados dos grupos de reflexão. As necessidades práticas estão enquadradas como respostas imediatas para o contexto específico de cada mulher e estão, portanto, relacionadas com inadequações de suas condições de vida. Já os interesses estratégicos decorrem da análise da subordinação das mulheres e, a partir disso, a formulação de um conjunto de disposições mais satisfatórias e alternativas às atuais.

Nos três grupos de discussão realizados no trabalho de campo, as reivindicações das mulheres se concentraram nas necessidades práticas e, além disso, pouco discutem possibilidades de romper a subordinação de gênero a que, segundo a percepção delas mesmas, estão submetidas. Um dos achados

⁵ Saffioti (1992) desenvolveu importante ensaio sobre a utilização das categorias gênero, divisão sexual do trabalho e patriarcado. A autora, que adotou a difundida análise da categoria de gênero promovida por Scott (1995), considerava que as relações de gênero constituem uma totalidade dialética, contendo e alimentando o antagonismo e a contradição. Existe uma simbiose entre patriarcado-racismo-capitalismo, sendo formas mutuamente constitutivas de dominação e exploração. Assim, as relações sociais de sexo/gênero, classe social e raça/etnia são consubstanciais (KERGOAT, 2010; HIRATA, 2014), e a alquimia das categorias sociais está presente em toda prática social (CASTRO, 1992 e 1994). Sem cair em concepções fragmentadas e fragmentárias da realidade social ou da *práxis* política, reconhecemos a diversidade no interior da classe trabalhadora, demarcada pelas relações de gênero e étnico-raciais.

importantes da pesquisa é a descrença que as jovens nutrem em relação ao Estado. Essa percepção de que as instituições públicas não estão interessadas em suas demandas se constrói a partir da dificuldade de acessar direitos nos sistemas de saúde, de assistência social, de justiça.

Os relatos mais antigos da dificuldade de acessar direitos vêm, em geral, ainda na infância, com a dificuldade de manter-se na escola. Interessante notar uma ambiguidade no discurso das jovens que abandonaram a educação formal antes do fim, ao menos, do ensino médio. A maior parte delas responsabiliza a si mesma pela decisão de sair da escola, atribuída à falta de interesse e sentido nos estudos, principalmente quando já haviam encontrado um companheiro. Ao longo da discussão, porém, revelam que a escola nunca foi um ambiente acolhedor para quem fugia dos padrões de aprendizado e de disciplina.

Apenas o grupo de Ceilândia destacou o racismo institucional e o machismo como um obstáculo para a permanência de crianças e adolescentes nas escolas. Na Cidade Estrutural e em Planaltina, a percepção é de que o abandono escolar é uma decisão individual de quem não consegue acompanhar os estudos, perde o interesse ou simplesmente não quer seguir a trajetória da educação.

Essa interpretação das necessidades em relação ao direito de estudar remete às ponderações de Fraser (1999) sobre a política de interpretação das necessidades e o discurso social. A autora propõe a análise dos meios socioculturais de interpretação e comunicação, que seriam os recursos discursivos disponíveis em uma coletividade social, confrontados com suas reivindicações. Fraser alerta ainda para o fato de que sociedades de capitalismo tardio, como é o caso do Brasil, são estratificadas, diferenciadas em grupos de status social desiguais, com diferente poder e atravessadas por eixos penetrantes de desigualdade de classe, raça, etnicidade e idade. E disso decorre a percepção do que é político, do que é econômico e do que é doméstico.

Segundo ela, nas sociedades capitalistas, dominadas pelo masculino, o que é “político” contrasta com o que

é “econômico” e com o que é “doméstico” ou “pessoal”. E são as próprias instituições domésticas (as famílias nucleares) e econômicas (o mercado, os mecanismos de crédito) que agem para esvaziar o conteúdo político do que é privado e público. Fraser (1999, p. 116) alerta que:

As instituições domésticas despolitizam certas questões ao torná-las pessoais ou familiares; projetam estes temas como privados ou domésticos, ou como assuntos pessoais ou familiares, em clara distinção com os temas públicos e políticos. Por outro lado, as instituições econômicas oficiais do sistema capitalista despolitizam determinados temas ao torná-los econômicos; os temas em questão se apresentam como imperativos impessoais do mercado, como prerrogativa da propriedade privada ou como problemas técnicos para os gerentes ou os planejadores, tudo isso em contraste com os temas políticos. Em ambos os casos, o resultado é uma redução de cadeias nas relações causais da interpretação das necessidades pessoais. As cadeias interpretativas são truncadas e se espera que não ultrapassem os limites que separam o “doméstico” e o “econômico” do “político”.

Um desdobramento do esvaziamento do conteúdo político das necessidades, nos grupos da Cidade Estrutural e de Planaltina, é o reforço do discurso da meritocracia. A percepção sobre outras jovens em situação semelhante a que elas vivenciam, mas que conseguiram manter-se dentro da escola, é a de que o fizeram por mérito próprio ou, no máximo, por mérito de seu núcleo familiar. Os argumentos para isso são construídos em torno do apoio garantido por outros membros da família ou por melhores condições financeiras.

No que se refere à educação, a única necessidade claramente reivindicada pelas jovens de Cidade Estrutural e Planaltina é a garantia de vagas em escolas próximas aos locais de moradia. As jovens mães principalmente manifestam interesse muito mais para as matrículas dos filhos do que para elas mesmas. Nesse caso também, as análises de Fraser ajudam a compreender as razões dessa realidade. Para ela, as necessidades práticas menos controversas – neste caso, ter uma vaga para estudar – são mais facilmente identificadas.

Além das vagas nas escolas, as mulheres também percebem os serviços de creche e pré-escola para as crianças antes dos seis anos (início da idade escolar) como uma necessidade prática clara. Sorj (2004 e 2007) ressalta que esses serviços são eficazes para facilitar a suposta “conciliação” entre demandas do

trabalho e da família. Na época do estudo, apenas 39% das famílias brasileiras com crianças nessa idade contavam com esse tipo de serviço. Elas registraram aumento de cerca de 50% nos ganhos per capita. As mulheres com filhos em creches têm maior participação no mercado de trabalho. Além disso, conseguem trabalhar uma hora e meia a mais do que as com filhos em casa. Dessa forma, recebem salários 55% maiores que as outras mães.

Em Ceilândia e em Planaltina, a discussão sobre as necessidades práticas das mulheres trataram também dos aspectos de classe. A percepção é a de que o fato de morarem na periferia torna a vida escassa de oportunidades. Aqui, elas referem a ausência das políticas públicas de trabalho e renda, de educação para jovens e adultos, com foco maior no acesso à educação superior, de mobilidade urbana, de assistência social. Elas tecem uma série de sugestões para aperfeiçoamento das políticas sociais, como o Bolsa Família, e até de reorganização da cidade.

Apesar de também reconhecerem que poderiam melhorar suas vidas com a modificação dessas políticas, as jovens dizem desconhecer como devem apresentar suas demandas ao poder público. Aqui, aprofunda-se a percepção de descaso do Estado com a população, desta vez protagonizado pela classe política. Na visão das jovens, os representantes se interessam pela realidade em que elas vivem apenas no período eleitoral. Os mecanismos de participação social fogem ao seu repertório.

Como discutido acima, as necessidades práticas identificadas pelas jovens mulheres têm, na maioria dos casos, seu conteúdo político esvaziado. Isso tem desdobramento também nas discussões sobre os interesses estratégicos feministas (de gênero), que trazem em si algum conteúdo político. Quando incentivadas a falar sobre o que poderia mudar sua condição de subordinação ao padrão masculino, as jovens tinham mais dificuldade de apontar possibilidades – o que pode ser observado nos três grupos.

Na Cidade Estrutural, as jovens dizem que é necessário oferecer mais oportunidades de educação para as mulheres e de trabalho. A aposta delas é a de que

autonomia financeira garanta essa mudança. Em Ceilândia, as jovens referem a melhoria das políticas públicas e a inclusão do tema da desigualdade de gênero para o cotidiano da educação formal e também nos espaços não formais de educação.

Em Planaltina, a discussão sobre os interesses estratégicos feministas (de gênero) mostrou argumentos ainda mais esvaziados de conteúdo político do que a discussão sobre as necessidades práticas. No debate sobre o que poderia romper as opressões a que as mulheres estão submetidas, as jovens destacaram não apenas que deveria haver mais oportunidades de educação e trabalho, mas fundamentalmente que as mulheres jovens são as responsáveis por fazer as escolhas corretas.

Considerações finais

A pesquisa empírica realizada, além de confirmar as desigualdades de gênero e raça como estruturantes da vida das mulheres jovens da periferia do Distrito Federal, integrou também um esforço de pesquisa sobre o alcance das categorias necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos feministas (de gênero) para a análise de políticas sociais no atual contexto capitalista. O trabalho de campo junto a mulheres jovens que estão fora do mercado de trabalho e da educação formal confirma a potência de tais categorias para essa avaliação. Na medida em que a conquista de direitos das populações excluídas passa necessariamente pela reivindicação junto ao poder público, discutir com as jovens a partir dessas duas categorias ajudou na elaboração e formulação coletiva dos discursos sobre sua realidade.

Nesse sentido, ganha destaque o alerta feito por Anderson (1992) quando afirma que os esforços de planejamento devem voltar seu foco mais para os problemas das mulheres do que para as duas categorias em si. Necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos feministas (de gênero) foram importantes ferramentas para a pesquisa relatada, mais por ajudarem a organizar os discursos das mulheres jovens do que para separar seus diferentes tipos de reivindicações. Resultados semelhantes foram apresentados sucessivamente por outras pesquisas

empíricas realizadas pelo Grupo de Pesquisa TEDis, algumas delas atualmente em processo de editoração para publicação em periódicos científicos.

Outro ponto que merece comentário diz respeito à potência das duas categorias e sua utilização para a gestão pública. Trazê-las para o centro das disputas políticas internas nas organizações governamentais e também para o planejamento das ações voltadas à equidade podem apoiar gestores e gestoras a materializar as demandas das mulheres, mostrando os possíveis impactos de cada ação. Dessa forma, as categorias necessidades práticas das mulheres e interesses estratégicos feministas (de gênero) podem ser instrumentos para facilitar tanto a elaboração de políticas como para avaliá-las.

Referências

- ANDERSON, Jeanine. Intereses o justicia? En: Guzmán, Virginia; Portocarrero, Patricia; Vargas, Virginia (comps). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*. Lima, Peru: Entre Mujeres, Flora Tristán, 1992, p. 5-46.
- ANDRADE, Masra Abreu. *O care e as políticas do tempo: um estudo comparado entre Brasil e Espanha*. Monografia Final do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.
- AZZOLIN, Agatha Marina Murari. *Reflexões sobre o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres para a inserção das mulheres no mercado de trabalho: utilizando as categorias de Necessidades Práticas e Interesses Estratégicos*. Monografia Final do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.
- BANDEIRA, Lourdes, A contribuição da crítica feminista à ciência. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1): 207-230, janeiro-abril/2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v16n1/a20v16n1.pdf>.
- BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo, Brasil: Edições 70, 2011.
- BEHRING, Elaine; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009.
- CAMARGO, Brigido Vizeu; JUSTO, Ana Maria. IRAMUTEQ: um software gratuito para análise de dados textuais. *Temas em Psicologia*, 21(2), 2013, 513-518. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a16.pdf>.
- CASTRO, Mary G. Alquimia de categorias sociais na produção dos sujeitos políticos. *Revista Estudos Feministas*. Ano 0, n. 0, 1992, p. 57-73. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/15801/14294>.
- CASTRO, Mary G. Gênero, raça/etnicidade, trabalho e sindicalismo no Brasil. *Cadernos da Área. Estudos de Gênero*. Goiânia/GO: UCG, n. 4, 1996, p. 15-46.
- CASTRO, Nadya A.; GUIMARÃES, Iracema B. Divisão sexual do trabalho, produção e reprodução. In: SIQUIERA, Deis E. et al. *Relações de trabalho, relações de poder*. Brasília/DF: UnB, 1997, p. 177-211.
- DI MARCO, Graciela, *El pueblo feminista. Movimientos Sociales y Lucha de las mujeres em torno de la ciudadanía*. Buenos Aires: Biblos, 2011.
- FRASER, Nancy. A luta pelas necessidades: Esboço de uma teoria crítica socialista-feminista da cultura política do capitalismo tardio. *Debate Feminista*, México, 1999, p. 105-141.
- FRITZ, Heidi H.; Valdés, Tersa E. *Igualdad y Equidad de Género: Aproximación Teórico-Conceptual*. Una Herramienta de Trabajo para las Oficinas y Contrapartes del UNFPA. Volumen 1. Equipo de Apoyo Técnico para América Latina y Caribe Fondo de Población de Naciones Unidas (UNFPA). El Salvador: Diciembre de 2006. Disponível em: <http://www.entremundos.org/databases/Herramientas%20de%20trabajo%20en%20genero%20UNFPA.pdf>
- GUZMAN, Virginia. *La institucionalidad de género en el estado: Nuevas perspectivas de análisis*. CEPAL, Santiago de Chile, 2001. Disponível em: http://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/5878/1/S01030269_es.pdf.

GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (comps). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*; Lima: 1992, Ed. Entre Mujeres, Flora Tristán.

HARAWAY, Donna J., *Ciencia, cyborgs y mujeres*, Cátedra, Madrid, 1995a.

HARAWAY, Donna J., Saberes Localizados: A questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, Número 5, Unicamp, pp. 07-41, 1995b. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1773/1828>.

HARAWAY, Donna J. Gênero para um Dicionário Marxista: a política sexual de uma palavra. *Cadernos Pagu*, Número 22, Unicamp, pp 201-246, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n22/n22a09.pdf>.

HIRATA, Helena et al. (orgs.), *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo/SP: Editora Unesp, 2009.

HIRATA, Helena. Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. *Tempo Social*, Revista de Sociologia da USP. V. 26, n. 1, 2014, p. 61-73. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v26n1/05.pdf>.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) *Dicionário crítico do feminismo*. São Paulo: Unesp, 2009, p. 67-75.

KERGOAT, Danièle. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos Cebrap*, 86, 2010, 93-103. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n86/n86a05.pdf>

LAMAS, Marta. A título de Introdução. *Debate Feminista*, México, 1999, p. IX-XI.

LIMA, Telma C. S. de; MIOTO, Regina C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Katálysis*. Número Especial: Pesquisa e produção de conhecimento no campo do Serviço Social. Florianópolis, v. 10, n. Spe, 2007, p. 37-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v10nspe/a0410spe.pdf>.

MACHADO, Leda M. V. *Políticas Públicas e Gênero:*

A questão das necessidades práticas e estratégicas.

São Paulo: Núcleo de Pesquisas e Publicações da Fundação Getúlio Vargas, Relatório de Pesquisa N. 10, 1997. Disponível em:

http://gvpesquisa.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br/files/publicacoes/P00170_1.pdf.

MIGAIRE, Luiza L. *Relatório Final Individual de prática de pesquisa: Análise das produções acadêmicas feministas nos últimos 20 anos utilizando as categorias “necessidades práticas” e “interesses estratégicos”*. Brasília/DF. UnB. Julho/2016.

MENDES, Linidelly Rocha. *Desigualdade de Gênero e Raça no Ensino Técnico*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília. Disponível em:

http://bdm.unb.br/bitstream/10483/13096/1/2015_LinidellyRochaMendes.pdf

MIRANDA, Marina Carneiro De. *Vagões Rosa: Uma separação que protege?* Monografia Final do Curso de Especialização em Gestão de Políticas Públicas em Gênero e Raça, Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2016.

MOLYNEUX, Maxine. *Movimientos de Mujeres em América Latina*. Estudio Teórico Comparado. Madrid: Ediciones Cátedra, 2003.

MOLYNEUX, Maxine. Justicia de Género, ciudadanía y diferencia em América Latina. In: PRIETO, Mercedes (ed). *Mujeres y escenarios ciudadanos*. Quito: FLACSO y Ministerio de Cultura, 2008.

Disponível em:

<http://www.flacsoandes.edu.ec/libros/digital/42169.pdf>

MOSER, Caroline O.N. *Gender Planning and Development*. London: Routledge, 1993. Disponível em:

<http://www.polsci.chula.ac.th/pitch/urbansea12/moser1993.pdf>.

MOSER, Caroline O. N. La planificación de género em el Tercer Mundo: Enfrentando las necesidades prácticas y estratégicas de género. In: GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (comps). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*; Lima: 1992, Ed. Entre Mujeres, Flora Tristán, páginas 55 a 123.

- MOURA, Mônica Wianine Gomes de. *Políticas de Conciliação Trabalho e Família no Brasil e Portugal: Uma análise comparada*. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: <http://bdm.unb.br/handle/10483/9725>.
- ORTALE, Susana e ROSAS, Rocío E. (coords). *Política Social em América Latina y género*. Buenos Aires, Biblos, 2011.
- PPGPS, *Revista Ser Social: Gênero e Política Social*. Brasília, V. 10, N. 22, Jan.-Jun. 2008. Disponível em: http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/issue/view/36.
- SAFFIOTI, Heleith. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, Albertina; BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992, p. 183-215
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação & Realidade*, vol. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/artic/e/view/71721/40667>.
- SILVA, Ismália A. da. *Percepções e Resistências sobre Desigualdade de Gênero e Raça na Trajetória Laboral e Escolar das Mulheres Jovens da Periferia do DF*. 2017. Dissertação (Progr. Regional de Formación en Género y Políticas) - Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Buenos Aires, Argentina.
- SORJ, Bila. *Reconciling work and family; issues and policies in Brazil*. Genebra, Suíça: International Labour Office (ILO), 2004. Disponível em: http://www.ilo.org/travail/whatwedo/publications/WCMS_TRAVAIL_PUB_8/lang--en/index.htm.
- SORJ, Bila. Percepções sobre esferas separadas de gênero. In: ARAUJO, Clara; SCALON, Celi (orgs.) *Gênero, Família e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2007. p. 79-88.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Metodologia da Teoria Fundamentada: Uma Visão Geral*. 1997. Disponível em: http://fredlopes.com.br/arquivos/traducoes/pesquisa_qualitativa/met_teor_fundamentada.pdf.
- STRAUSS, Anselm; CORBIN, Juliet. *Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada*. Porto Alegre: Artmed, segunda edição, 2008.
- VILLAR, Nayara Lemos. *Gênero e Diversidade na Escola - GDE*. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação (Serviço Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2014. Disponível em: http://bdm.unb.br/bitstream/10483/11982/1/2015_NayaraLemosVillar.pdf
- WELLER, Wivian. A presença feminina nas (sub)culturas juvenis: a arte de se tornar visível. *Estudos feministas*, 13(1), p. 107-126, janeiro/abril 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v13n1/a08v13n1.pdf>.
- WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico-metodológicos e análise de uma experiência com o método. *Educação e Pesquisa*. V. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v32n2/a03v32n2.pdf>.
- YANNOULAS, Silvia C. (Coord.) *A convidada de pedra: mulheres e políticas públicas de trabalho e renda*. Brasília: Flacso; Abaré, 2003. Disponível em: <http://www.flacso.org.br/pdf/pptr/347.pdf>.
- YANNOULAS, Silvia C. Feminismo, Estado y Políticas Sociales: igualdad, diferencia y algo más In: *Autonomía y Feminismo siglo XXI: escritos en homenaje a Haydée Birgin*. 1 ed. Buenos Aires : Biblos, 2012, v.1, p. 314-321.
- YANNOULAS, Silvia C. (Coord.). *Trabalhadoras Análise da Feminização das Profissões e Ocupações*. Brasília: Abaré, 2013. Disponível em: <http://tedis.unb.br/images/pdf/YannoulasLivroTrabalhadorasFinalCompleto.pdf>.
- YOUNG, Kate. Reflexiones sobre cómo enfrentar las necesidades de las mujeres. In: GUZMÁN, Virginia; PORTOCARRERO, Patricia; VARGAS, Virginia (comps). *Una nueva lectura: género en el desarrollo*; Lima: 1992, Ed. Entre Mujeres, Flora Tristán, páginas 15-54.
- ZAREMBERG, Gisela. Género versus pueblo?: movilización, cooptación y participación em



Venezuela, Brasil y Nicaragua. *Latin American Research Review*, Volume 51, Number 1, 2016

pp. 84-108. Disponível em:

<https://muse.jhu.edu/article/617802>